

**ENTRE AS EMOÇÕES E AS LEIS NATURAIS:
Reflexões sobre o conceito “motim” na obra do Barão de Guajará**

**BETWEEN THE EMOTIONS AND THE NATURAL LAW:
Reflections on The Concept Riot in The Work of Baron Guajará**

Luciano Demetrius Barbosa Lima*

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de explorar alguns aspectos do livro *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde 1821 até 1835*, publicado pelo historiador Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). Ele irá examinar os usos e significados do conceito “motim”, que além de bastante utilizado pela historiografia no Brasil imperial, se tornou hegemônico nos escritos de Raiol direcionados a política e lutas sociais no Pará no século XIX. A partir deste pressuposto analítico, almejo discutir a influência dos pensamentos: romântico e cientificista, aplicados a esse conceito em *Motins Políticos*, com a perspectiva de melhor compreender a narrativa desse autor, cujo enfoque centra-se nos conflitos sócio-políticos na Amazônia no decorrer das décadas de 1820 e 1830.

Palavras-chave: Historiografia; Motim; Amazônia; Romantismo; Cientificismo.

Abstract: This paper is aimed at exploring some aspects of the book *Political riots or history of the major political events in the province of Pará from 1821 to 1835*, the historian Anthony Dominic Raiol (Baron of Guajará). He will examine the uses and meanings of the concept of “riot”, widely utilized by historiography in imperial Brazil, and that become hegemonic in the writings of Raiol on the political and social struggles in Para in the XIX century. From this analytical assumption, objective discuss the influence of thoughts: scientist and romantic, directed to this concept the book in question, with the prospect of better understand the narrative this author, whose focus is centered to conflicts sociopolitical in the Amazon during the decades of 1820 and 1830.

Keywords: Historiography; Riot; Amazon; Romanticism; Scientism.

(recebido em 20 de maio de 2012; aprovado em 10 de junho de 2012)

No decorrer da segunda metade do século XIX, um bacharel em direito, intelectual e político paraense, ocupou quase três décadas de sua vida na elaboração de uma obra, denominada *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Esse estudo, publicado inicialmente em cinco tomos,¹ e centrado na análise dos múltiplos conflitos político-sociais ocorridos no Grão-Pará no contexto das décadas de 1820 e 1830, foi constituído de acordo com seu autor em três momentos: o primeiro enfoca “os sucessos ocorridos desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil” (RAIOL, 1970, p. 7); na segunda parte são analisados os acontecimentos deflagrados “desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I” (Ibidem, p. 7); e os últimos capítulos investigam “os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de Abril de 1835” (Ibidem, p. 7).

* Mestre em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹ O 1º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1865, com 320 páginas. O 2º foi publicado em São Luiz do Maranhão em 1868, com 412 páginas. O 3º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1883, com 469 páginas. O 4º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1884, com 499 páginas. O 5º volume foi publicado no Pará, em 1890 com 543 páginas.

Por meio desse livro, elaborado ao longo de aproximadamente 25 anos (1865-1890), Domingos Antônio Raiol² utilizou-se repetidamente do conceito de *motim*³, como forma de explicar as lutas na Amazônia Regencial, apresentado em sua narrativa, variados significados, adequados aos preceitos político-sociais que professava. Além desses pontos, o presente historiador também sofreu influências de concepções que circulavam na época, elaborando a obra *Motins Políticos* também sob a luz de pensamentos difundidos ao longo do século XIX, como o romantismo⁴ e o cientificismo/naturalismo.⁵ Assim, um dos focos de discussão na narrativa de Raiol, abrange o uso dessas idéias como forma de explicar as rebeliões no Grão-Pará. Essa perspectiva torna-se indissociável do livro em questão, pois através desses movimentos se desenrola parte significativa do texto.

Dessa forma, considerando a influência de concepções presentes no Brasil, durante o contexto do Segundo Reinado, o artigo em questão tem como objetivo analisar na obra *Motins Políticos*, os usos e significados do conceito “motim”. Esse termo, embora direcionado para explicar as ações das “turbas” ao longo da narrativa, foi adequado pelo Barão a argumentações sentimentais e patrióticas, provenientes do romantismo, ou exatas e racionais, originárias das concepções cientificistas. Além disso, apesar de alguns estudiosos como: Henrique Jorge Hurley (HURLEY, 1936), Ernesto Cruz (CRUZ, 1942), Carlos Rocque (ROCQUE, 1984), Júlio José Chiavenato (CHIAVENATO, 1984), Pasquale Di Paolo (DI PAOLO, 1990), entre outros, terem analisado o presente livro, privilegiando a investigação dos eventos políticos e sociais, não atentaram para as complexidades advindas do uso desse conceito na obra de Raiol.

Ademais, nas últimas décadas do século XX, o campo historiográfico ocidental tem sido marcado por importantes investigações envolvendo o conceito de “motim”. Nesse sentido, diversos historiadores, influenciados principalmente pelos estudos de Georges Lefebvre (LEFEBVRE, 1979), sobre os movimentos populares na França revolucionária, preocuparam-se

² Domingos Antônio Raiol, possuidor do título nobiliárquico de Barão do Guajará, foi um dos mais proeminentes historiadores e intelectuais do Norte do Brasil de sua época. Filho de Pedro Antônio Raiol e D. Archangela Raiol, ele nasceu em Vigia, localizada na província do Grão-Pará em 04 de março de 1830, estudou no Liceu Paraense e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Recife. Foi um dos principais líderes do Partido Liberal no Pará tornando-se por indicação imperial presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883).

³ O termo *motim* será aqui empregado no sentido genérico de revoltas populares contra a ordem legal instituída. Durante todo o século XIX, a denominação foi utilizada várias vezes de forma indiscriminada para designar tanto os movimentos civis quanto militares.

⁴ Em referência ao Romantismo ver: AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo (1833/1838 – 1878/1881)*. São Paulo, Cultrix. 1967. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1960-1964. Tomo II. O Brasil Monárquico. PARANHOS, Haroldo. *História do Romantismo no Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira. 1937-38. 2 vols. GINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva. 1978.

⁵ Em referência ao cientificismo/naturalismo ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965. BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos e Decadentistas*. São Paulo: Unicamp. 1991. ROMERO, Sílvio. *O Naturalismo em Literatura*. São Paulo: Tipografia da Província. 1882.

em analisar os *motins* e demais revoltas sociais a partir de perspectivas inovadoras. Alguns dos mais conhecidos intelectuais a adentrarem nesses caminhos foram George Rudé (RUDÉ, 1991), que fez uso do termo “multidão” para se referir as populações amotinadas, e Edward Palmer Thompson, em seus estudos sobre os trabalhadores ingleses nos séculos XVIII e XIX.

O historiador George Rudé, ao analisar os “motins do pão” ocorridos no durante os eventos da revolução francesa “preocupou-se com a identidade do homem comum, do participante anônimo dos *motins*, manifestações e revoluções ocorridas, sobretudo nas sociedades pré-industriais” (GOHN, 1997, p. 206). Por meio desse percurso, ele desenvolveu algumas propostas inovadoras no tocante a análise desses acontecimentos no contexto histórico da França.

Por outro lado, E. P. Thompson, ao analisar os *motins* britânicos na obra *A Formação da Classe Operária inglesa*, expressou que estes, faziam parte de “tradições ‘sub-políticas’” (THOMPSON, 1987, p. 62), destacando também que:

“O século XVIII e o início do século XIX são pontuados por motins ocasionados pelos preços do pão, pelos pedágios e postagens, impostos de consumo, ‘resgates’, greves, nova maquinaria, fechamento de terras comunais, recrutamentos e uma série de outras injustiças” (THOMPSON, 1987, p. 64).

Nessa obra, Thompson privilegiou de forma significativa, em diversos momentos, o enfoque desse conceito, a partir de uma perspectiva no mínimo inusitada para a sua época, ao afirmar que os “‘motins’ eram tidos pelo povo como atos de justiça, e seus líderes considerados heróis. [...] Além disso, exigiam maior preparo e organização do que pode parecer à primeira vista” (THOMPSON, 1987, p. 68).

Thompson enxergava os *motins* britânicos por meio de um enfoque perceptivelmente valorativo, no qual as ações e rebeliões, realizadas pelos trabalhadores em geral, simbolizavam não apenas uma forma de resistência contra a dominação burguesa, mais ajudavam a construir e consolidar a própria noção de *classe social*. Além disso, ele alertava os estudiosos para não cometerem o “erro” de analisar as massas amotinadas, em qualquer situação, época ou sociedade a partir de pressupostos pertencentes aos grupos dominantes, pois:

“Deve-se suprir a articulação em parte decodificando as evidências do comportamento, em parte virando de cabeça para baixo os conceitos brandos das autoridades dominantes para examinar que contêm no fundo. Sem isso, corremos o risco de nos tornar prisioneiros dos pressupostos e da auto-imagem dos governantes: os trabalhadores livres são vistos como ‘dissolutos e desordeiros’. O motim é visto como espontâneo e ‘cego’, e tipos importantes de protesto social ficam perdidos na categoria do ‘crime’.” (THOMPSON, 1987, p. 68)

As opiniões de Thompson sobre a forma de se estudar os *motins*, além de inovadoras, representaram na segunda metade do século XX, uma reviravolta na produção histórica acerca destes movimentos em geral, que passaram a ser enfocados não mais como ações “cegas” e indisciplinadas, mas como portadores de organização, disciplina e objetivos políticos, sociais e econômicos antes não percebidos ou valorizados.

Em outro livro, chamado *Costumes em Comum*, Thompson realizou uma discussão bastante interessante acerca das aplicações do conceito *motim* pela historiografia de sua época, que segundo ele, se caracterizava como “[...] uma ferramenta de análise pouco afiada para tantas queixas e motivos particulares. É igualmente um termo impreciso para descrever a ação popular” (THOMPSON, 1998, p. 176). Por meio dessas percepções, o historiador britânico procurou apresentar as limitações presentes no uso desse conceito e as generalizações que muitos estudiosos poderiam incorrer em sua aplicação.

Ao mesmo tempo em que realizava esta colocação direcionada às limitações existentes no conceito *motim*, Thompson também reforçava a significância histórica desses eventos para as camadas populares inglesas, durante os períodos de fome, pois os “[...] motins são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre os indefesos ou sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar os viveres de que precisam quando os preços vão às alturas” (THOMPSON, 1998, p. 207). Thompson tinha convicção de que para as elites inglesas dos séculos XVIII e XIX, as ações das *turbas* amotinadas representavam um perigo, pois “a ‘ordem’ que às vezes se lhes seguia podia ser uma calamidade ainda maior” (THOMPSON, 1998, p. 188), particularmente para a burguesia britânica. Os escritos deste estudioso deixaram marcas na pesquisa histórica mundial, pois os *motins* em quaisquer sociedades passaram a ser investigados através de perspectivas cada vez mais profundas e sob olhares diferenciados.

Dessa forma, enquanto historiadores como George Rudé e E. P. Thompson propiciaram no final do século XX, novos enfoques aos estudos sobre os *motins*, cem anos antes, no Brasil imperial escravista, os eventos que recebiam essa denominação, eram apresentados de maneira distinta. Assim, admitindo a existência de variadas leituras, quase sempre adequadas às perspectivas intelectuais, políticas e sociais dos autores de cada época, o tópico seguinte irá expor e discutir algumas perspectivas de uso desse termo, pela historiografia brasileira do século XIX, com destaque aos trabalhos de intelectuais simpatizantes ou pertencentes aos quadros da monarquia.

Historiografia imperial brasileira e o estudo dos *motins*: em defesa do *status quo*

Foi no contexto de transição da Regência para o segundo reinado, quando a jovem nação brasileira passava por diversas atribulações político-sociais e necessitava se consolidar, que ocorreu a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).⁶ A criação dessa instituição responsável pela elaboração de uma produção histórica no Brasil imperial, também foi reflexo de momento que essa área de conhecimento, especificamente na Europa, almejava o status de ciência.

Além disso, o processo de formação do IHGB também pode ser percebido como fruto das necessidades político-sociais de uma parte de elite intelectual brasileira, que estava adequando-se à liberdade política conquistada na década anterior, e sentia necessidade de possuir um ambiente cujo desígnio residia no estabelecimento de uma história nacional, inspirada na cultura europeia, mas que acima de tudo simbolizasse uma tarefa “centralizadora”, valorizadora da educação e também “civilizadora”.

Para esse pequeno cenáculo de letrados, qualquer acontecimento histórico que representasse alguma ameaça ao processo de legitimação do Império, e conseqüentemente da manutenção do *status quo*, deveria ser vislumbrado através de um enfoque depreciativo e crítico. Essa concepção é levada ao extremo nas análises que envolvem as camadas populares, consideradas na época ameaçadoras em relação à ordem imperial. Assim, não se tratava apenas de construir uma história nacional, na ótica do IHGB, esta deveria ser portadora de características em sua narrativa, que ressaltassem a importância do Estado, colocando este preferencialmente no “papel” principal, em um momento histórico no qual o regime monárquico, estava em processo de consolidação, sofrendo constantes ameaças provenientes das “turbas”.

Nesse sentido, durante o século XIX, vários intelectuais analisaram os movimentos político-sociais ocorridos na história nacional. Em diferentes momentos, esses autores qualificaram os eventos estudados através do conceito de *motim*, em uma perspectiva, na qual as “turbas” rebeladas poderiam ser vislumbradas como responsáveis por múltiplos atos de violência e anarquia que colocavam em risco a ordem instituída. Assim, já em seus primeiros volumes a revista do IHGB, deixava transparecer a preocupação dos membros o instituto em publicar trabalhos, mesmo de intelectuais da época colonial, que abordassem a temática dos *motins*. Um exemplo dessa situação foi a presença em 1841, do estudo intitulado *Levantamento*

⁶ Em referência ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Ver: GUIMARÃES Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995. SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional" in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, nº 01.

em Minas Gerais no ano de 1708, que havia sido escrito em 1752, pelo padre Manoel da Fonseca, pertencente à ordem dos jesuítas.

Este autor, ao analisar os diversos movimentos deflagrados em Minas Gerais, no início do século XVIII, durante o governo do Conde de Assumar D. Pedro D'Almeida, expressou que nas “noites seguintes até 16 de julho parecia toda aquella villa um inferno com as desordens, motins, e disturbios causados por uns mascarados, que desciam do morro do Ouro Preto” (FONSECA, 1841, p. 276). Além do caráter negativo apresentado, esse religioso complementava suas observações em relação a esses *motins*, afirmando que dos mesmos tinham forte participação de “negros e mulatos, arrombando casas, ferindo, espancando e matando aos que lhes resistiam” (Ibidem, p. 276).

Vale ressaltar, que a preocupação envolvendo a análise de *motins*, não era exclusividade da revista do IHGB. Dois anos após essa edição, em 1843, o autor e membro do instituto: José Ignácio de Abreu e Lima publicou a obra: *Compendio da historia do Brasil*. Esse intelectual, ao escrever sobre acontecimentos deflagrados no contexto da Regência, informou que no Ceará, após a abdicação de D. Pedro, um grupo de rebeldes tentou dominar Fortaleza e “havendo falhado o golpe na Capital, fugiram os chefes do motim e foram incendiar o interior da Província, onde um Ourives do Ceará, por nome Antônio João Damasceno, conseguiu reunir uma porção de malvados [...] cometendo roubos e mortes” (ABREU E LIMA, 1843, p. 281).

Uma década mais tarde, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, em seu estudo intitulado: *Historia geral do Brazil* (1857), ao reportar-se a alguns eventos ocorridos na sociedade e economia do nordeste açucareiro durante a fase colonial, expressava que “um motim teve lugar na Bahia, em virtude da elevação do preço do sal, [...] A frente dos sublevados [...] estava [...] um João de Figueiredo, alcunhado o *Maneta*. [...] o governador [...] teve que capitular com vergonhoso tumulto” (VARNHAGEN, 1857, p. 119).

Poucos anos depois, o historiador e membro do IHGB: João Manuel Pereira da Silva, em sua obra *Historia da fundação do imperio brasileiro* (1865), ressaltava que em relação aos “motins e revoluções. Colloca-se o governo a frente das necessidades publicas reconhecidas, e pôde dirigir, moderar e aplacar então as aspirações do povo” (SILVA, 1865, p. 191).

Por meio destas concepções, pode-se perceber que entre muitos historiadores no Brasil, durante o contexto do segundo reinado, predominava no geral um discurso negativo e ameaçador em relação aos *motins*. Esses movimentos, geralmente compostos pelas populações pobres ou escravas, eram observados a partir de enfoques impregnados de elementos depreciativos e de apoio à manutenção da ordem monárquica. Além disso, a adoção de percepções críticas em relação às ações das “turbas” fazia parte de uma postura político-

partidária compartilhada por vários intelectuais.

Nesse sentido, Raiol, ao mesmo tempo em que redigia e publicava os tomos de *Motins Políticos*, adentrava de forma direta na política imperial, sendo eleito para a Câmara dos Deputados na “12ª Legislatura, 1863-1866” (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p. 59). Praticamente na mesma época, exerceu função semelhante na “Assembléia Provincial do Pará em 1864 e no mesmo ano representou seu estado na Assembléia Geral”, além de administrar posteriormente as províncias de Alagoas (1882) Ceará (1882) e São Paulo (1883).

Dessa forma, não é muito difícil descobrir como a atuação política de Raiol ocasionou influências na escrita de *Motins Políticos*, pois seu livro expressava não apenas experiências do passado, ela trazia vivamente o ar dos debates, ações e discussões político-partidárias, que integravam o momento contemporâneo ao seu autor, um jovem bacharel portador de convicções monarquistas e defensor de propostas liberais, que segundo ele, iria “facilitar as vias de comunicação, desenvolver o commercio, estimular a industria, diminuir as distancias com auxilio do vapor e augmentar as fontes de riqueza publica” (RAIOL, 1866, p. 182). Assim, Como monarquista e integrante do Partido Liberal, Raiol era assumidamente favorável a medidas reformistas e moderadas difundidas pelo mesmo no Brasil, que no geral se resumiam em seu programa a uma “maior autonomia provincial [...] justiça eletiva [...] separação da polícia e da justiça [...] redução das atribuições do poder moderador” (CARVALHO, 2007, p. 206), não realizando qualquer questionamento mais substancial às desigualdades sociais e à escravidão.

Vale ressaltar que a elaboração de *Motins Políticos* foi contemporânea a uma série de eventos político-sociais como: o movimento abolicionista, o republicano e a guerra do Paraguai, acontecimentos que direta ou indiretamente ameaçavam os alicerces do regime monárquico, transparecendo em diversas obras publicadas no período, entre elas a narrativa do Barão de Guajará. Assim, o sentido da narrativa de Raiol não pode ser dissociado dos “medos” que afligiam as elites imperiais naquele contexto, apresentando de forma indireta, por meio das ações propiciadas pelas “turbas” amazônicas na primeira metade do século XIX, os supostos “problemas” que as camadas populares poderiam ocasionar na jovem nação.

É importante também salientar que a escolha do termo *motim* conferia uma perspectiva inferior ao movimento de rebelião, pois como ressaltou Tito Franco de Almeida, em uma obra escrita em 1867, durante a regência a “integridade do Imperio foi posta em perigo, em quasi todas as estrellas brasileiras, por motins, revoltas e revoluções.” (ALMEIDA, 1867, p. 3), Portanto, além dos elementos depreciativos constantemente enfatizados, esse conceito também era utilizado para focar um movimento “menor”, pouco organizado, sem objetivos muito claros, encontrando-se em um patamar mais baixo se comparado a revolução.

Na ótica das elites letradas imperiais, as referências sobre os *motins* visavam alertar as autoridades para prevenir futuros distúrbios que poderiam colocar em risco o *status quo* hegemônico. Deste modo, na historiografia oficial do Brasil do século XIX, as revoltas organizadas ou com participação das camadas populares, eram tratadas como ações negativas e perigosas. Para os grupos dominantes políticos e intelectuais os *motins* descritos por Raiol eram uma lição para não ser esquecida. Não por acaso, em 1870, o presidente da província do Pará João Alfredo Correa de Oliveira, ao tratar do tema da “tranquilidade pública”, parecia fazer alusão a obra de Raiol, cujos primeiros volumes já haviam sido publicados, ao expressar que:

“É certo que o governo tem feito o que deve para tranquilizar o paiz, com a certeza de que as nossas sabias instituições, mantidas e applicadas com lealdade, garantem a felicidade publica; mas também é certo que depois da amarga experiencia e dos dias luctuosos por que esta Provincia passou nos seus longos e repetidos motins políticos, as disposições pacificas [...] ficaram aqui por uma vez firmadas.” (OLIVEIRA, 1870, p. 5)

Além da perceptível aproximação com o pensamento desenvolvido por Raiol em sua obra *Motins Políticos*, as palavras do presidente provincial do Pará João Alfredo Correa de Oliveira, publicadas no início da década de 1870, deixam transparecer o clima de intranquilidade sócio-política que existia entre as elites amazônicas, praticamente três décadas após o término das lutas dos cabanos na região. Por essa e outras razões, este conceito simbolizava a desconfiança dos grupos dominantes imperiais em relação quaisquer ações políticas das camadas populares. Ele representava o “discurso oficial”, apoiando a opressão contra tudo aquilo que simbolizasse mudanças a favor das chamadas “turbas”. Deste modo, se nos dias atuais o conceito de *motim* corresponde ao “sinônimo de rebelião e revolta, alude a um levante coletivo quase sempre armado, com atos de desobediência às autoridades constituídas, marcado inevitavelmente por tumultos” (FIGUEIREDO, 2005, p. 16). Essa palavra apresentava no passado colonial e imperial brasileiro, significados e usos diversos dos aplicados atualmente.

Nessa perspectiva, a obra *Motins Políticos* incorporou não apenas o “clima” de desconfiança que ainda subsistia entre as elites políticas e letradas da época em relação às camadas populares, como também passou a utilizar-se de argumentos provenientes dos pensamentos: romântico e cientificista na explicação dos movimentos de rebelião no Grão-Pará. Dessa forma, no tópico a seguir será apresentado um esboço dos “usos” de concepções sentimentais e patrióticas direcionadas aos *motins* na região.

Sob a lógica do romantismo: Motins e sentimentos nos escritos do Barão

“Pensem os visionários como quiserem, a rebeldia será sempre condenável nas sociedades bem constituídas. Pintem-na com as côres mais vivas e sedutoras da imaginação; chamem-na tumulto ou sedição, revolta ou insurreição, motim ou rebelião, nada alterará a sua natureza e efeitos; dêem-lhe o nome que melhor soe e agrade os ouvidos dos incendiários, ela não deixará nunca de ser uma transgressão sujeita à sanção penal.” (RAIOL, 1970, p. 1006)

Quando o sócio-correspondente do IHGB, Domingos Antônio Raiol escreveu *Motins Políticos*, há mais de um século, desejava reconstituir alguns dos principais eventos que haviam “ameaçado” a ordem político-social na província do Grão-Pará, durante o contexto posterior ao processo de independência até o final da Regência.

Em sua narrativa, o Barão de Guajará, seguiu um rígido caminho seqüencial de acontecimentos, nos quais os *motins* civis ou militares ganhavam um papel central, por simbolizar o sentido de seu estudo. Além disso, por meio deste conceito, Raiol buscava desenvolver uma análise crítica sobre as ações políticas das “turbas”, adequando-se a lógica na qual, estas rebeliões eram vislumbradas através de uma perspectiva negativa e depreciativa.

Vale ressaltar, que no contexto em que Raiol escrevia os tomos da obra *Motins Políticos*, a nação brasileira estava muito próxima temporalmente de transformações substanciais como “emancipação dos escravos, mudanças em políticas públicas, emergência de novas ideias filosóficas, e assim por diante” (CHALHOUB, 2003, p. 96). Dentre essas “novas ideias”, uma das principais seria a constante inserção do sentimentalismo romântico, que desde as primeiras décadas do século XIX, imprimiu um discurso subjetivo e patriótico nas obras de vários intelectuais brasileiros. Nesse sentido, o Barão destina boa parte dos capítulos de seu livro, não apenas com o intuito de descrever os movimentos de rebelião que abalaram a região amazônica entre a Independência e a Regência, mas também no sentido de estabelecer um viés emotivo e patriótico em relação aos *motins*, observados sob a luz do romantismo:

“E na excitação do espírito popular é sempre pronto o rompimento hostil das turbas amotinadas; [...] A anarquia reinava desde o princípio do ano, e o movimento já tinha descido a última escala social. Dominavam os turbulentos, os analfabetos, os homens sem conceito, para quem era indiferente a perturbação da ordem pública. [...] os motins eram-lhes jogos de azar, nos quais poderia ser-lhes favorável a sorte.” (RAIOL, 1970, p. 804-805)

A observação das percepções do Barão de Guajará direcionadas a descrição dos grupos participantes dos *motins*, permite verificar de maneira direta, a inserção de fragmentos de um discurso romântico na escrita desse autor. Raiol, deixa transparecer que em sua percepção, as “turbas” não lutavam por qualquer ideal considerado nobre, mas participavam das rebeliões movidas por sentimentos e ambições pessoais. Além disso, para esse historiador, os próprios

movimentos rebeldes, interagiam com os sentimentos de seus participantes, pois nas “revoltas populares parece que o triunfo alucina os espíritos, excita e perverte os sentimentos” (Ibidem, p. 560). E eram essas sensações, que de acordo com o Barão, propiciavam um “jôgo das paixões que divide e enfraquece” (Ibidem, p. 560), as ações dos amotinados.

Raiol, seguindo seus ideais sociais e políticos, não aceitava a legitimidade das reivindicações e anseios dos caboclos, índios e negros no Grão-Pará, considerando a participação destes grupos sociais nos movimentos de luta, uma ameaça à ordem instituída, que deveria a todo custo ser evitada. Entretanto, como procedimento para desvirtuar ainda mais os *motins*, o Barão procurava ressaltar a subjetividade de seus integrantes, que em alguns momentos eram apresentados como “turbulentos”, “analfabetos” e “violentos”, adjetivos que auxiliavam na depreciação dos movimentos deflagrados no Grão-Pará.

Por outro lado, o Barão percebia as turbas amotinadas no Grão-Pará, através de outras características românticas. Nestas, as ações e objetivos dos grupos rebelados eram em várias situações, associados à anarquia, sendo, portanto contrários as perspectivas patrióticas e civilizatórias, como pode ser observado nas palavras a seguir:

“Não haja ilusão, a anarquia é um mal que geralmente afeta a todo o corpo social. [...] falseando o caráter nacional, perturbam as relações sociais, enfraquecem a união benéfica das famílias que constituem os povos, e estes não poderão nunca desenvolver-se, privados que sejam da paz comum e fraternal, que os deve aviventar à sombra da lei fazendo medrar, no mútuo respeito e confiança, o comércio, a indústria, a arte, a agricultura, todos os ramos enfim da atividade humana.”(RAIOL, 1970, p. 1005-1006)

Através dessas palavras, Raiol mesmo sem utilizar diretamente o termo *motim*, deixa explícito que em sua percepção, essas ações desencadeadas pelas camadas populares não representavam nenhum benefício para a sociedade, mas somente destruição e atraso. Além disso, voltando-se novamente para as concepções românticas, o autor de *Motins Políticos* procura descrever as rebeliões na Amazônia regencial, como opostas aos sentimentos nacionais e aos ideais de progresso da monarquia. No pensamento do Barão, os *motins* tiveram “eco no espírito rude da gentilha, levantando-a em massa contra o govêrno e os seus agentes” (Ibidem, p. 824). O Barão do Guajará, não reconhecia às reivindicações das “turbas”, atribuindo às ações destes grupos sociais, um propósito de caos social, pois, colocavam em risco a própria possibilidade de “desenvolvimento” da província. Além disso, em alguns momentos, suas próprias lideranças, não podiam contê-los:

“Homens da ínfima classe social, sem educação nem moralidade, dados na sua

maioria à embriaguez e privados de discernimento, deixavam-se arrastar pelos instintos de ferocidades e não estremeçam diante dos maiores atentados! Os seus intitulados chefes não tinham força moral para contê-los.” (Ibidem, p. 898)

Entretanto, mesmo possuindo uma visão bastante negativa e sentimental, sobre as ações políticas das camadas populares, pode-se perceber nesta citação do Barão, a existência de um duplo viés explicativo sobre a participação das turbas nos *motins*: o da “subordinação”, no qual os grupos populares participavam das rebeliões, incentivados por lideranças políticas inescrupulosas e a da “desorganização” dos grupos amotinados, que sem nenhum objetivo definido e apelando para atos de violência, participavam desses movimentos unicamente por ambição ou vingança.

Dessa forma, independentemente da condição na qual as camadas populares se envolviam nos *motins*, eram os maus sentimentos e comportamentos, como a falta de “moralidade” e a “embriaguês” que as direcionava para a realização de ações consideradas reprováveis. As turbas, na percepção de Raiol, não se diferenciavam das elites político-econômicas somente por serem pobres ou analfabetas, mas principalmente por atitudes que as condicionavam a uma situação de “inferioridade”, advindo dessa situação a necessidade de mantê-las sob controle.

Por outro lado, embora Raiol tentasse a todo o momento “diminuir” a condição moral e comportamental das massas rebeladas, ele também reconhecia, que as mesmas em diversas situações, não atuavam de forma cega, sendo movidas em seus *motins*, pela necessidade de melhorias sociais ou políticas, como pode-se perceber nas palavras a seguir:

“É da natureza do coração humano procurar cada um os cômodos da vida e não perturbar o sossego de que goza na sociedade; e ninguém seguramente deixa por mero folguedo este estado feliz em que vive para arrojarse na agitação das praças. [...] os motins são recursos extremos a que a desesperação arrasta os povos quando já não encontram garantias na lei.” (RAIOL, 1970, p. 347).

Ao aplicar considerações sentimentais e subjetivas direcionadas aos grupos amotinados no Grão-Pará, Raiol transparece em sua narrativa, que mesmo referindo-se a acontecimentos que haviam se desencadeado na região algumas décadas antes, as influências de pensamentos e eventos contemporâneos ao autor eram inevitáveis, pois ao associar os *motins* com os sentimentos das camadas populares, o Barão deixa perceber em seus escritos o impulso das idéias que circulavam naquele contexto, particularmente o romantismo.

Nesse sentido, foi através dessas formas de suscetibilidade, que Raiol escreveu muitas das páginas de *Motins Políticos*. Vislumbrando em diversas situações, que as ações das “turbas” apresentavam relações diretas com o estado de espírito no qual essas massas se encontravam.

Por meio dessas descrições, esse autor almejava explicar e criticar o comportamento das camadas populares nos movimentos de rebelião, utilizando-se de uma linguagem que transparecia a presença do pensamento romântico.

Ademais, a constância destas características demonstra que a obra de Raiol é bastante complexa, por possuir em relação aos *motins* uma grande diversidade de alusões aos sentimentos e a pátria, muitas vezes de forma metafórica, e freqüentemente adquiridas a partir de variados domínios de conhecimento, como os pensamentos literários ou poéticos divulgados no século XIX, que tornam sua escrita ainda mais instigante. Um exemplo dessa situação pode ser percebido nas referências que Raiol faz ao escritor francês François-René de Chateaubriand, um dos principais expoentes do romantismo europeu na primeira metade do século XIX, e considerado por ele como: “um dos grandes espíritos que mais se tem compenetrado do gênio do cristianismo” (Ibidem, p. 483), ou no momento em que o Barão expressa que uma das características que o historiador deveria possuir eram os exemplos das qualidades de um “poeta d’alma e de sentimento escreva em prosa ou verso, chame-se Schiller ou Chateaubriand” (Ibidem, p. 412).

Ao mesmo tempo em que revelava suas influências românticas, Raiol deixava transparecer que a história contida em seu livro simbolizava, por outro lado, uma forma de “prestar contas” com os sentimentos e acontecimentos pertencentes à esfera pessoal, cujo maior exemplo foi a tragédia familiar que os *motins* no Grão-Pará desencadearam, com a morte de seu pai, o vereador da comunidade de Vigia Pedro Antônio Raiol. Em homenagem ao mesmo, o Barão de Guajará, chegou a expressar em um dos trechos de *Motins Políticos* que “seja-nos pois lícito pagar neste momento o nosso sincero tributo de reverência filial, gravando aqui a memória dêsse patriota que também caiu nos golpes da anarquia” (Ibidem, p. 756). A partir dessas palavras, pode-se perceber que no texto desse livro, mesclavam-se sentimentos diversos, que poderiam ser originários tanto do pensamento romântico em si, como da própria subjetividade pessoal do autor, que ainda guardava na memória os trágicos acontecimentos de sua infância.

Outro aspecto a ser enfatizado, é que independentemente da influência romântica sofrida pelo Barão, os *motins* em muitos momentos eram associados ao vandalismo e ameaça a ordem. Assim, os sentimentos negativos direcionados as rebeliões no Grão-Pará, alertavam para o constante perigo ao *status quo*. Na ótica de Raiol, os grupos populares amotinados eram definidos não em suas qualidades, mais principalmente através de seus “vícios”, “violências” e “ameaças” as instituições políticas em vigor.

Contudo, no decorrer dos últimos tomos de *Motins Políticos*, Raiol implementou outros pensamentos em sua perspectiva de explicar os movimentos de rebelião no Grão-Pará. Estas

concepções, caracterizadas por envolver aspectos pertencentes às idéias científicas, que ganhavam força a partir da Europa em fins do século XIX, imprimiram definições mais lógicas e exatas na análise dos *motins* amazônicos, observados também a partir de pontos de vista racionais. Assim, enquanto o Barão de Guajará exprimia os anseios do regime imperial, ao considerar o processo de lutas sociais no Pará como uma série de *motins* impulsionados por populações pobres, indígenas e escravas, por outro lado transparecia sua sintonia com os valores do pensamento científico.

Dessa forma, no decorrer da década de 1880, diferentemente do sentimentalismo antes hegemônico, as rebeliões na Amazônia regencial passaram a ser pensadas no presente livro, a partir de outros enfoques amplos e diversificados, pautados na lógica de pensamentos científicos variados que circulavam na época, como será investigado no próximo tópico.

A mecânica dos motins: usos do cientificismo na obra de Raiol

“Sem dúvida, uma das maiores peripécias do pensamento ocidental – a extensão da mecânica à história –, quando a história deixa de ser o lugar do imprevisível, do arbitrário, e do fortuito e passa a ser co-extensiva a forma mais forte do determinismo, do determinismo mecânico.” (DOMINGUES, 1996, p. 179)

Se narrativa de *Motins Políticos* foi influenciada em diversas situações pelas perspectivas românticas em sua observação das lutas sócio-políticas no Grão-Pará, outro pensamento que interagiu com a investigação dos *motins* foi o cientificismo. Este movimento, baseado nas diversas transformações deflagradas na Europa, a partir de concepções como: o positivismo de Augusto Conte; o socialismo de Karl Marx; o evolucionismo de Charles Darwin, o determinismo de Taine etc. Também interagiu com a perspectiva de “postular uma sorte de causalidade física para a história (natureza do solo, tipo de clima, ‘temperamento’ dos povos) e em estabelecer para as matérias históricas as mesmas leis-relação a Newton, com base em princípios físicos” (Ibidem, p. 179), por meio de um ponto de vista mecanicista.

Domingos Antônio Raiol, ao utilizar em sua narrativa, durante variadas circunstâncias, o conceito de *motim* para caracterizar as constantes revoltas sociais e políticas ocorridas na província do Grão-Pará, entre 1820 e 1840, também procurou adequar o encaminhamento de sua narrativa a preceitos que o aproximavam das leis da física, em suas “causas e efeitos”. Nessa perspectiva, o Barão de Guajará em várias passagens de sua obra tentou explicar os movimentos sociais utilizando conceitos pertencentes às ciências exatas, pois segundo ele, a “ordem moral das sociedades está sujeita também a certas leis como os fenômenos da ordem

física: os acontecimentos políticos têm também a sua lógica natural; dadas as premissas, os corolários são certos e infalíveis” (RAIOL, 1970, p. 344).

Vale ressaltar que o físico inglês Isaac Newton, através de suas idéias mecanicistas da natureza, se constituiu ao longo do século XVII num dos importantes difusores dos estudos sobre os fenômenos físicos. Seus pensamentos acabaram influenciando o estudo científico dos séculos XVIII e XIX, pois naquele contexto, as leis da mecânica passaram a “explicar” também os acontecimentos humanos. Assim, os *motins* narrados ao longo do livro de Raiol também foram enfocados a partir de uma aproximação com o meio físico-natural, pois supostamente, os movimentos sociais passavam por mudanças que poderiam ser “medidas”, “controladas” ou até “evitadas” pelas autoridades, e as rebeliões simbolizavam nas palavras deste autor, em uma evidente aproximação com as ciências exatas, eventos responsáveis pela “desordem que abalou todo o maquinismo social” (Ibidem, p. 902).

É importante salientar que o conceito *motim*, como foi observado em um dos tópicos anteriores, teve amplo uso no meio intelectual brasileiro do século XIX, o mesmo, embora admitisse diversificadas leituras, quase sempre era empregado através de um viés negativo e preconceituoso, no qual era visto como anarquia/crime, propiciada pelos grupos sociais “incultos”, “desprovidos dos ideais de civilização” e muitas vezes chamados pejorativamente de “turbas”, voltadas contra as autoridades “legais” (RICCI, 1993).

Ademais, a forma como esse conceito é utilizado na obra de Raiol guarda aproximações com o pensamento cientificista, pois os mesmos eram interpretados através de uma lógica mecanicista, caracterizada pela perspectiva na qual tanto quanto a “física, a história pode ser considerada ciência porque também produz explicações causais (...) o historiador só é capaz de explicar porque descobre leis gerais” (REIS, 2007, p. 108). Nesse sentido, o Barão, influenciado pelas concepções difundidas no século XIX, caracterizadas pela valorização do “ideal científico no campo das ciências humanas – inspirado pela poderosa mecânica newtoniana” (MALLATO, 2007, p. 49), acreditava que os movimentos de rebelião podiam ser explicados à luz dos fenômenos pertencentes às ciências exatas e naturais:

“Quer na ordem física, quer na moral, os fatos estão subordinados a princípios eternos e imutáveis. As modificações circunstanciais não os alteram em sua essência. É assim que os motins obedecem às leis invariáveis de sua natureza: uma vez germinados, crescem e frutificam, prendem-se entre si e seguem o seu rumo fatal.” (RAIOL, 1970, p. 803)

Por meio de trechos como este Raiol deixa transparecer que sua percepção sobre os *motins* não é permeada unicamente de valores sentimentais pertencentes ao romantismo, ele

percebia esses movimentos sociais através de uma lógica marcada pela presença das ciências exatas e naturais difundidas em sua época. No pensamento do Barão, as rebeliões populares podiam ser explicadas em suas causas e efeitos, por meio de uma “ordem moral das sociedades”. Assim como certas leis e fenômenos da ‘ordem física’, as sociedades também teriam sua ‘lógica natural’” (RICCI, 1993, p. 17).

A visão cientificista da história dos *motins*, presente na narrativa de Raiol, consubstanciou-se na valorização de princípios objetivos, baseados em características eruditas e evolucionistas, nos quais os eventos humanos poderiam ser explicados em suas “causas” e “consequências”.

Por outro lado, os *motins*, ao serem descritos através deste enfoque, se aproximavam em essência dos corpos físico-biológicos, pois assim como a “água” ou o “fogo”, estavam “submetidos” às leis naturais, podendo ser previamente evitados, ou caso contrário, ameaçavam fugir ao controle humano. Nessa perspectiva, a história dos acontecimentos políticos presente na obra do Barão de Guajará ganhava, em seus últimos tomos, ares cada vez mais cientificistas, em que os movimentos de rebelião eram exemplificados, pois como ressalta Magda Ricci:

“A história une-se à política assim como o passado ao presente através da ordem moral das sociedades. Leis tão precisas como as da física regiam a organização social, sendo que o universo era o terreno propício para se levantar os pilares do edifício social e a história seu alicerce fundamental. Nasce uma história política onde cada ato era encarado como ações e reações de forma similar às leis de mecânica retiradas da física newtoniana.” (Ibidem, p. 18)

As palavras da autora Magda Ricci ajudam a perceber a proximidade existente na obra *Motins Políticos*, entre as “leis” da política e da física. Estas, para o Barão de Guajará, estavam próximas, simbolizando algo abrangente, pois “ultrapassa os limites das ciências, [...] e abrange todo o conjunto das concepções humanas”, (DELAGE, Y. GOLDSMITH, M., 1909, p. 1), adequando-se a explicação de movimentos sociais do passado e presente.

Outro indício para historiadores como Raiol fazerem utilização de conceitos originários das leis da física, estabelecendo na análise dos *motins* a chamada “história mecanicista” era que assim como os escritores naturalistas de sua época, eles também almejavam a perspectiva de aproximar a escrita da história com a suposta “realidade” e “verdade” das ciências naturais e exatas. O Barão pensava que o uso destes “recursos” auxiliaria na compreensão e, possivelmente, na solução de certos fenômenos sociais, pois acreditava em “una visión mecánica que partia de la existencia en el universo de un orden que podia deducirse del movimiento de los cuerpos celestes” (MOLINA, 1993, p. 65).

Apoiado nas leis da mecânica, Raiol defendia não apenas a possibilidade de entender as questões e movimentos sociais em sua obra, mas também que os mesmos apresentavam em seus eventos, princípios exatos, sendo possuidores de leis fixas:

“Ilude-se quem pensa que medidas violentas podem sempre extinguir as rebeliões. A ordem pública está sujeita à lei geral da mecânica: o calor em excesso aumenta, perturba e acelera o vapor com prejuízo certo da ação regular da força motriz. A garantia da ordem pública está sempre na circunspeção do governo, no seu critério e previdência. Sem os meios calmos de moderação e prudência será difícil, senão impossível, trazer o mecanismo social ao movimento refletido de que necessitam as variadas transformações do trabalho, fonte da verdadeira prosperidade pública e particular.” (RAIOL, 1970, p. 436)

Para Raiol, a relação metafórica entre as leis da física e os *motins* consistia na concepção de que, assim como o motor a vapor de uma locomotiva deveria receber a quantidade adequada de carvão para funcionar, as autoridades, ao lidarem com agitações sociais, teriam a responsabilidade de fazer uso da “dose” ou medidas corretas de ação, pois da mesma maneira que o excesso de carvão poderia danificar a máquina, esses movimentos, quando não “tratados” da forma certa, fugiriam ao controle, ameaçando a ordem político-social estabelecida. Nesse sentido, a coletividade era interpretada por Raiol como uma “máquina”, e os movimentos de rebelião, como símbolos da “desregulagem” do corpo social, por isso deveriam ser evitados a todo custo.

Ademais, a perspectiva de exatidão atribuída por Raiol aos movimentos sócio-políticos fazia parte de uma opinião político-filosófica, muito presente no meio intelectual, durante a segunda metade do século XIX, caracterizada pela visão de que a ciência seria capaz de dar respostas para as diversas aspirações do homem, pois em sua concepção os “melhoramentos sociais têm limites que não é lícito ultrapassar, acelerando fora do tempo os movimentos regulares da civilização” (Ibidem, p. 992).

Vale ressaltar, que essa característica do cientificismo, estava próxima do Positivismo de Augusto Comte, que valorizava a “visão positiva dos fatos [...]. Entendidos como relações constantes entre fenômenos observáveis” (COMTE, 1978, p. 11). Assim, ao analisar os acontecimentos político-sociais, o Barão de Guajará passou a interpretá-los em determinadas situações como movimentos ser explicados a partir de algumas “leis”, provenientes das ciências exatas, como se representassem relações imutáveis.

Finalmente, seguindo a linha traçada por estudiosos cientificistas na Europa da segunda metade do século XIX, o Barão de Guajará acreditava que a narrativa dos *motins* no Grão-Pará podia também basear-se em uma perspectiva “mecanicista” da história, capaz de vislumbrar e analisar as ações das “turbas” por meio de princípios exatos, imparciais e racionais.

Referências Bibliográficas

- ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1843.
- ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro José Furtado: biographia e estudo de história política contemporanea*. Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1867.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTRO BRITO, Humberto de. *O cabano e as cabanagens: Uma análise sobre o perfil sócio-econômico dos Cabanos na Vila de Vigia (1835)*. Monografia - Universidade Federal do Pará, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia positiva: primeira lição*, Comte. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1978.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Historia do Brasil: desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até á abdicação do imperador D. Pedro I*. Paris: Typographia de Casimir, 1839.
- CRUZ, Hernesto. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Of. Gráfica da Rev. de Veterinária, 1942.
- DELAGE, Y. GOLDSMITH, M. *As teorias da evolução*. Trad. Armando Cortesão. Lisboa: Tipografia A Editora Limitada, 1909.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.
- DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, Nº.1. 1988.
- HURLEY, Henrique Jorge. *Traços Cabanos*. Of. Gráfica do Inst. Lauro Sodré, Belém. 1936.
- _____. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.
- LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- MAGALHÃES, Basílio de. "A Cabanagem". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 171, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. "Memória histórica e documentada da Revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840". In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro, Tipographia Universal de Laemmert. 1848.
- MALLATO, Heitor. "A explicação científica". In: CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). *Construindo o saber – metodologia científica, fundamentos e técnicas*. 18 ed. Campinas (SP): Papirus, 2007.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: CULTRIX, 1978.

MOLINA, Manuel González de. *Historia y medio ambiente*. Madri: Eudena, 1993.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

_____. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RICCI, Magda. "Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos". *Anais do Arquivo Público de Belém*, Belém, v.3, 2001. n.2, p.241 - 274

_____. "História Amotinada: memórias da cabanagem". *Cadernos do CFCH*, v. 12, n. 1-2. Belém: 1993.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Tomo II, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor. 1865.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: SECULT. 1994.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Historia geral do Brazil*. Tomo II, Rio de Janeiro: H. Laemmert. 1857.

Fontes

Relatorio do presidente da provincia Doutor João Alfredo Correa de Oliveira passando a administração da mesma ao 1º vice-presidente, Doutor Abel Graça. Belém: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870.

Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e provincia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert. 1865.

FONSECA, Manoel da. Levantamento em Minas Gerais no anno de 1708. In: *Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Typographia D. L. dos Santos. 1841.

RAIOL, Domingos Antônio. Sessão de 18 de julho de 1866. In: *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, quarto ano da duodecima legislatura, Sessão de 1866, tomo III*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1866.